

### 3

## A tradução e o sujeito sob uma perspectiva discursiva

Sob o nome de Análise do Discurso (AD) encontram-se diferentes estudos, cujas abordagens teóricas e metodológicas chegam a ser distintas. A variedade de estudos acompanha a diversidade de conceituações para o que seja “discurso”. Uma primeira distinção possível entre as diferentes Análises do Discurso é a que se faz entre a corrente de estudos europeia da AD, mais precisamente a francesa, e a anglo-americana. Entretanto, mesmo a AD francesa tem suas diferenças, sendo que a que nos interessa é a AD francesa desenvolvida por Michel Pêcheux, que toma o discurso em termos das dimensões sócio-históricas e político-ideológicas de sua constituição. Por sua vez, a AD anglo-americana apresenta uma perspectiva sócio-interacionista, tomando o discurso em termos das situações de comunicação. No caso da AD francesa em questão, há a predominância de uma abordagem materialista e histórica, sob a qual são levadas em consideração não apenas a atuação da ideologia (principalmente por meio da releitura das obras de Marx por Althusser), mas também a atuação do inconsciente (por meio da releitura de Freud por Lacan). Na AD anglo-americana, por outro lado, a base teórica é a gramática sistêmica e funcional de Halliday, cujo modelo de análise está baseado nas escolhas dos falantes e sua relação com uma conjuntura sócio-cultural.

Segundo Orlandi (2005b), é possível especificar ainda mais as diferentes Análises do Discurso levando-se em consideração a tradição das regiões do globo em que as teorias discursivas são concebidas ou recebidas. O princípio é o de que uma teoria formulada em um determinado espaço/tempo, ao ser levada a outro espaço, seria transformada pela tradição desse espaço receptor, vindo a se tornar outra teoria. Nesse sentido, poder-se-ia falar em AD alemã, americana, inglesa, italiana, brasileira etc. (Orlandi, 2005b, p.75). É frequente também o uso do termo “escola” para definir o arcabouço teórico “regional” de muitos dos trabalhos realizados a partir dos estudos do discurso, daí a expressão “Análise do Discurso de escola francesa”. Atualmente, já começa a ser também usada a expressão “Análise de Discurso de escola brasileira” (a qual é criticada por Orlandi, 2005b, que defende o uso de “Análise do Discurso brasileira”) para se referir aos estudos

realizados no Brasil, onde há um campo disciplinar já estabelecido a partir da corrente francesa, com uma produção bastante significativa (ver, por exemplo, trabalhos e linhas de pesquisa desenvolvidos na Unicamp, UFRGS, UFF e UERJ).

No que diz respeito à abordagem anglo-americana, destaca-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), de Norman Fairclough (1989, 1995).<sup>32</sup> Como o nome sugere, esta corrente se propõe crítica por articular em seu desenvolvimento tanto as teorias sobre a ideologia quanto as perspectivas da linguística crítica.<sup>33</sup> O “discurso” para Fairclough é uma prática social, estando diretamente relacionado com questões de ideologia e também de dominação. Na perspectiva da ACD, a língua é um meio de dominação, capaz de legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente. Se por um lado a ACD tem fortes ligações com o pensamento de Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Jacqueline Authier-Revuz, entre outros, por outro se baseia também nos parâmetros da linguística sistêmica e funcional de Halliday. No que se refere à nossa pesquisa, a AD de origem francesa é a que nos interessa exatamente por ser capaz de construir um aparato teórico que alia o lingüístico ao sócio-histórico, porém, de forma a propor um conceito de sujeito que é também atravessado pelo inconsciente; característica essa não considerada na perspectiva da ACD.

No que tange aos Estudos da Tradução, verifica-se uma presença abrangente da Análise do Discurso anglo-americana, o que já não acontece com a Análise do Discurso francesa. Ao consultarmos duas importantes obras de referência, o *Dictionary of translation studies*, de Mark Shuttleworth (1999), e a *Routledge encyclopedia of translation studies*, de Mona Baker (1998), bem como textos de introdução aos estudos da tradução, como o livro *Introducing translation studies*, de Jeremy Munday (2001), observamos que não há qualquer menção à Análise do Discurso francesa. Em Baker (1998) existe o registro *Discourse analysis and translation*, mas o discurso é tomado a partir da vertente sócio-interacionista. Em Shuttleworth (1999), não há um registro para análise do discurso. Em Munday (2001) há todo um capítulo destinado à Análise do

<sup>32</sup> Fairclough foi um dos fundadores da ACD. O seu primeiro livro com essa abordagem foi *Language and power* (1989), sendo que em 1995 publicou *Critical discourse analysis*.

<sup>33</sup> O termo “linguística crítica” (*critical linguistics*) foi usado pela primeira vez por Roger Fowler e Gunther Kress em *Language and control* (1979), livro em que procuravam estabelecer correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social no intuito de demonstrar que os grupos e as relações sociais influenciavam o comportamento linguístico e não-linguístico dos sujeitos.

Discurso, porém é considerada apenas a corrente anglo-americana baseada no modelo de Halliday.

De acordo com Munday, foi a partir de 1990 que a análise do discurso tomou força no campo dos estudos da tradução. Entre os estudos realizados, Munday destaca os desenvolvidos por Juliane House (1977,1997), Mona Baker (1992) e Hatim e Mason (1990,1997), todos de base sistêmico-funcional. No Brasil, a ACD teve forte acolhida na Universidade Federal de Minas Gerais, com trabalhos de pós-graduação, disciplinas, linhas e projetos de pesquisa de estudiosas como Adriana Silvina Pagano e Célia Maria Magalhães.<sup>34</sup>

O modelo de House (1997) visa à criação de uma metodologia para avaliação da qualidade das traduções. Em seus primeiros trabalhos, House (1977) criticou as traduções orientadas pelas normas do contexto-meta. (Munday, 2001, p.92) Após sofrer críticas, House revisou seu modelo e se apoiou mais firmemente nas categorias de modo, conteúdo e campo, de Halliday. De maneira geral, o modelo de House toma como base a relação entre o texto-fonte e o meta no intuito de desenvolver um modelo funcionalista para a avaliação de traduções, vindo a propor uma tipologia de traduções. Para House, existiria a tradução manifesta (*overt translation*), textos cujas funções comunicativas no contexto-fonte são tão particulares que a função do texto original não será a mesma na tradução, e a tradução velada (*covert translation*), cuja função é recriar o texto-fonte como se tivesse sido originalmente desenvolvido no contexto-meta. Por sua vez, o trabalho de Baker (1992) tem por objetivo a formação de tradutores e foi publicado no livro *In other words: a coursebook on translation* (1992). Um dos fatores relevantes desse trabalho é o uso do modelo de Halliday para incorporar o nível pragmático às análises, vindo a discutir as traduções com base nos princípios da coerência, pressuposição e implicatura. Por fim, os trabalhos de Hatim e Mason, também realizados na década de 1990, focalizam as funções ideacional e interpessoal além da textual no seu modelo semiótico do discurso. Assim fazendo, os dois pesquisadores deram um passo importante em direção ao entendimento da maneira pela qual as relações sociais e as de poder são estabelecidas e difundidas nas traduções (Munday, 2001, p.106).

---

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, o livro *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*, organizado por Célia Magalhães, 2001.

Para nossos propósitos de pesquisa, como já abordado no segundo capítulo, interessa um aporte teórico que conceba o sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente, logo, é a Análise do Discurso francesa formulada por Michel Pêcheux (1975) e desenvolvida por estudiosos da área a abordagem capaz de fornecer subsídios para se pensar o tradutor como sujeito social e particular. Este capítulo, portanto, tem por objetivo apresentar o quadro epistemológico da Análise do Discurso francesa (que doravante denominaremos AD nesta tese), mais especificamente a AD tal como proposta por Michel Pêcheux (1975), e trabalhada por estudiosos brasileiros, tais como Eni Orlandi (1994, 1996, 2005a, 2005b), Bethânia Mariani (1998, 2003), Freda Indursky (1997, 2000, 2007), Maria Cristina Leandro Ferreira (2000, 2005), Solange Mittmann (2003), entre outros, salientando os conceitos mais relevantes para nossa proposta de estudo, qual seja entender os processos de *assimilação* e *resistência* do sujeito que traduz. Nesse sentido, os trabalhos de duas pesquisadoras nortearão nossa discussão: o de Solange Mittmann (2003), por ter sido primeiro trabalho no Brasil a propor a articulação entre a AD e os Estudos da Tradução de forma profunda; e o de Freda Indursky (2000), por abordar a fragmentação do sujeito a partir da fragmentação da forma-sujeito na respectiva formação discursiva, o que abre espaço para nossas considerações sobre os movimentos de *assimilação* e *resistência* do sujeito. O capítulo será dividido em três seções. A primeira apresentará a abordagem da AD, a segunda a articulação entre a AD e os Estudos da Tradução proposta por Solange Mittmann, e a terceira a nossa proposta da *assimilação* e *resistência* do tradutor tomando como base os movimentos de *identificação*, *contra-identificação* e *desidentificação* propostos por Pêcheux (1975) e a fragmentação da forma-sujeito, proposta por Indursky (2000) a partir de Courtine (1981,1982).

### 3.1

#### **O quadro epistemológico da Análise do Discurso francesa**

Nesta seção, faremos uma leitura de reflexões desenvolvidas no campo da AD. Tomaremos alguns conceitos e modos de pensar da AD que, acreditamos, nos auxiliam a entender os processos de *assimilação* e *resistência* do tradutor, um de nossos objetivos de pesquisa.

O quadro epistemológico da AD, tal como foi construído por Michel Pêcheux a partir da década de 1960, articula-se no espaço entre o materialismo histórico, observando as formações sociais e suas transformações; a linguística, levando em conta os processos de enunciação,<sup>35</sup> porém, com a reelaboração dos conceitos aí envolvidos; e a teoria do discurso,<sup>36</sup> reconhecendo a determinação histórica dos processos semânticos. Nesse sentido, a AD é chamada de uma disciplina de entremeio, uma vez que se situa no espaço das contradições das ciências sociais (Orlandi, 1996, p.24), procurando reinvestigar “os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito” (Mariani, 1998, p.23), esta última de fundamental relevância dentro de nossa proposta neste trabalho. Não seria incorreto afirmar que a AD questiona a transparência do sentido, pela AD pensada como efeito da ideologia.

Interessa à AD a língua fazendo sentido, logo, a língua não é tomada como um sistema abstrato, mas como mediação necessária entre o homem e sua realidade social. Nas palavras de Orlandi:

Levando em conta o homem na sua história, [a AD] considera os processos e as condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer [...] Desse modo, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem. ([1999]2005a, p.16, grifo nosso)

Sob essa perspectiva histórica e social, a AD desenvolve uma teoria bem elaborada da atuação das esferas ideológicas no funcionamento da linguagem.

<sup>35</sup> A proposta de Michel Pêcheux tem relação com os estudos de Benveniste, o qual chamava a atenção para a função da linguagem. Para Benveniste, a realidade é construída por intermédio da linguagem, ao que chama de “poder fundador da linguagem” – a faculdade de representar o real por um “signo” e de compreender “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente. Nas palavras de Solange Gallo, “a faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele” (2006, p.22). Assim, aquele que fala (locutor) fornece sua experiência da realidade enquanto aquele que ouve (ouvinte) recria essa realidade pela apreensão do discurso do locutor. Em outras palavras, o exercício da linguagem “confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva” (Gallo, 2006, p.19); temos uma outra dimensão do signo.

<sup>36</sup> Há várias concepções de discurso, as quais dão origem às diversas abordagens existentes dentro do campo da Análise do Discurso. Na concepção de Pêcheux (1975), a visão de discurso é reformulada, vindo a ser “um objeto histórico-ideológico que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua); é uma prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não de seus produtos” (Ferreira, 2001, p.13).

Para a AD, não existe uma atividade estanque de codificação e decodificação; trata-se de um *processo* de significação no qual há uma relação de sujeitos afetados pela história e pela língua e, nessa relação, os sentidos e os *próprios sujeitos se constituem*. Entendemos que a AD consegue abordar a complexidade da língua enquanto fato social e histórico, atribuindo à língua um *status* privilegiado de espaço de manifestação ideológica. Ao mesmo tempo, sob o ponto de vista da AD, o sujeito não é afetado pela língua e pela história como campos que a ele são exteriores apenas; o sujeito da AD é constituído *pela e na relação língua-história-ideologia* — não há uma separação entre sujeito, língua e ideologia, há imbricação. A noção de discurso da AD não separa linguagem e sociedade, ou seja, a suposta realidade “exterior ao sujeito” é vista em AD como algo construído, ou seja,

a realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas, sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e linguageiras [...] ao dizer, o sujeito está sempre significando (ou interpretando a ‘realidade’), retomando e renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade. (Mariani, 1998, p.27)

Desse modo, a própria existência das coisas “é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/história” (*Ibidem*, p.28).

O pressuposto fundamental da AD é que o discurso é “efeito de sentidos” entre interlocutores, e não uma transmissão de informações. Desse modo, a AD não busca depreender um sentido estabilizado, mas sim o entendimento da significação como um processo semântico dinâmico. Os sentidos são estabelecidos em relação às determinações históricas que definem o que pode e deve ser dito a partir de uma determinada posição social ocupada por um falante. Vale ressaltar que o histórico não é, na AD, entendido no sentido de cronologia de eventos, mas sim

como historicidade, *i.e.*, produção simbólica ininterrupta que na linguagem organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à *possibilidade de rupturas*. (Mariani, 1998, p.24, grifos nossos)

Podemos dizer que interessa à AD entender como as relações de poder são significadas, ou seja, simbolizadas.

Segundo Pêcheux (1975), é um grande erro considerar as ideologias como ideias, pois isso equivale a dizer que elas “têm origem *nos sujeitos*”, quando, em verdade elas “*constituem os indivíduos em sujeitos*” (Pêcheux [1975]1988, p.129). Pêcheux está se remetendo aqui a outro filósofo, Althusser (1970), o qual sustenta que a ideologia interpela indivíduos concretos em sujeito:

Sugerimos, então, que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através dessa operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí”. (Althusser, [1970]1985, p.96)

O sujeito é, então, assujeitado à ideologia, sendo importante salientar que a sujeição existe no plano material de existência, ou seja, no conjunto de práticas, rituais, costumes, localizados em instituições concretas, as quais possuem uma unidade por meio do funcionamento de uma ideologia dominante. Pêcheux trabalha a constituição althusseriana do sujeito acrescentando a dimensão linguística:

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal [...] mas no interior da própria “tese central”, na figura da interpelação. (Pêcheux, [1975]1988, p.154)

Com suas observações, Pêcheux aponta o interesse da AD em explicitar o caráter ideológico do que é tomado pelos sujeitos como natural, buscando desvendar de que maneira são criadas as ilusões de que há um único sentido e de que o sujeito controla seu dizer; em outras palavras, a AD prioriza o processo de constituição do sentido e do sujeito no discurso. O que nos interessa particularmente é que na relação entre ideologia e discurso, a ideologia é vista como elemento constitutivo do discurso e do sujeito, daí falar-se em exterioridade constitutiva. Ou seja, há um laço unindo sujeito, “exterioridade” e dizer. Não há primeiro um sujeito que é posteriormente interpelado; o sujeito é desde sempre interpelado. Segundo Althusser, há sujeito porque há ideologia e há ideologia porque há sujeito, isto é, sujeito e ideologia são inseparáveis, sendo que é “no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (Orlandi, 1996, p.39).

É por meio da figura da interpelação ideológica que Pêcheux esboça sua teoria não subjetivista da subjetividade. Para o filósofo, o processo de interpelação é ignorado pelo sujeito, constituindo um processo de “imposição/dissimulação”, uma vez que o situa — fornecendo ao sujeito o que ele é — ao mesmo tempo em que disfarça o processo de assujeitamento — dando ao sujeito a ilusão de que ele é origem de seu dizer. Sob essa visão, a concepção de um sujeito que tudo sabe e é capaz de escolher o que vai dizer cai por terra.

De acordo com Pêcheux, “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” ([1975]1988, p.77). Por condições de produção do discurso (CP) a AD entende, em sentido estrito, as circunstâncias de enunciação (o contexto imediato), e, em sentido mais amplo, o espaço sócio-histórico e ideológico. A necessidade de abordar as CP no segundo sentido aqui exposto remete a outra noção relevante na AD, a qual atua em relação ao discurso: a “memória discursiva”. A noção de memória discursiva se relaciona, de modo genérico, com a de “interdiscurso”, um saber discursivo que torna possível às nossas palavras fazerem sentido, fornecendo-nos a “evidência do sentido”. Esse saber corresponde a palavras, expressões, enunciados etc., já ditos e esquecidos, mas que continuam a afetar os sujeitos. O interdiscurso se refere a algo que fala antes de nós, ou seja, é o elemento que faz com que o discurso remeta ao já-dito — os dizeres que, ainda que “esquecidos” por nós, se fazem presentes no nosso dizer: “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Orlandi, [1999]2005a, p.31). Nas palavras de Pêcheux:

Sob a *evidência* de que “eu realmente sou eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “idéias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o *quidam* que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas” [...] Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que dever ser* [...] É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão [...] evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos de *o caráter material do sentido* das palavras e do enunciado. ([1975]1988, p.159-160)

Assim, em AD não existe um sentido já lá, ou melhor, a transparência do sentido é um efeito ideológico, o que remete à questão de que os sentidos variam de acordo com as diferentes ideologias em questão. O sentido de uma palavra ou expressão é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (*Ibidem*, p.160) Pêcheux coloca a observação “reproduzidas” para salientar o processo de repetição dos dizeres, uma vez que se sustentam no já-dito do interdiscurso. Às diferentes posições ideológicas, Pêcheux denomina de “formações ideológicas” – FIs (*ibidem*, p.160).

Para melhor entendermos a diferença entre as circunstâncias da enunciação (condições de produção estritas) e o interdiscurso (condições de produção mais amplas), vamos nos valer de um exemplo: o caso exemplar fornecido por Orlandi de uma eleição a ser realizada em um *campus* universitário. Na entrada do *campus* se encontrava uma faixa preta com os dizeres “vote sem medo”, pintadas em branco. Na sequência, era esclarecido que os votos não seriam identificados e havia o nome das entidades de representação dos professores e funcionários (2005a, p.29). Nesse exemplo, as circunstâncias de enunciação englobam o local, o *campus* onde foi colocada a faixa; os sujeitos que respondem pela faixa, os professores e funcionários da instituição; o momento da realização das eleições; e o meio, uma faixa e não outro material. No que se refere às condições de produção mais amplas, temos os efeitos de sentido que derivam da forma como o grupo social em questão aborda o processo eleitoral aliado aos elementos históricos que permeiam o acontecimento da eleição. Desse modo, entram em jogo não apenas as eleições anteriores, mas também o que se disse sobre esses acontecimentos, cujos sentidos, “já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm efeito sobre o que aquela faixa diz” (*ibidem*, p.31). Assim, a formulação “vote sem medo” pressupõe a experiência política brasileira como um todo, a qual envolve governos autoritários, ditaduras, exílios impostos e assassinatos de caráter político, entre outras coisas. Apesar do discurso de liberdade de voto presente no que foi dito — “vote sem medo” — o não-dito demonstra haver filiações de sentidos que remetem a uma posição na história alinhada com o sentido oposto, o da repressão à liberdade do voto. Assim, o não-dito, que se encontra à margem do que foi dito, também significa, revelando os compromissos ideológicos e políticos advindos da historicidade de todo dizer. Um

ponto interessante a ser destacado é que não temos, necessariamente, consciência dessas forças que atuam no nosso dizer.

A conclusão a que se pode chegar é que o dizer não se resume a uma propriedade particular. Há em cada fala, texto, enunciação, discurso, algo que não nos pede licença, mas que vem pela história, pela filiação a sentidos já constituídos e que é marcado pela ideologia e pelas questões de poder:

As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso, é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados. (Orlandi, [1999]2005a, p.30)

Assim, entendemos quando se afirma em AD que o sujeito não é a origem de seu dizer. Ao mesmo tempo, percebemos que ao analista de discurso cabe questionar o que a mobilização de determinadas palavras, em detrimento de outras, pode mostrar além das evidências. O que emerge novamente é a questão das relações de sentido, o que envolve outros discursos, ou seja, um discurso sempre remete a outro. Desse modo, o sentido é sempre uma palavra por outra, um sentido por outro – não há uma literalidade absoluta.

Como vimos, é pelo funcionamento da ideologia que sabemos o que é um soldado, um operário, um patrão etc.: “é a ideologia que, através do ‘hábito’ do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” ([1975]1988, p.160). Logo, a suposta transparência da linguagem mascara o fato de que os sentidos das palavras não existem “em si mesmos”, isto é, “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições* [e podemos acrescentar as convicções] *sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas” (*ibidem*, p.160). Dessa, maneira, o sentido de uma palavra pode passar por variações de acordo com as formações ideológicas nas quais o enunciador está inscrito. Nas palavras de Pêcheux:

toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro [...] se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma

série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. ([1983]2006, p.53)

Para melhor compreendermos, tomemos a expressão “Deus nos honrou com sua glória”. Ela terá efeitos de sentido bem diversos se inserida na homilia de um padre durante uma missa ou na resposta de um jogador de futebol a um repórter depois de uma partida em que o seu time tenha saído vencedor (Dias, 2007).

Com essa perspectiva, Pêcheux recorre ao termo “formação discursiva” (FD), proposto inicialmente por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969), e o redimensiona, chamando de FD “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, [1975]1988, p.160). Os discursos são modelados por formações ideológicas, podendo a FD ser entendida como a forma pela qual uma formação ideológica ou mais se manifesta(m) em um dado processo de enunciação. Os indivíduos são interpelados em sujeitos pelas FDs que “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (*ibidem*, p.161). Para Pêcheux, a FD é “o lugar de constituição do sentido”, ou seja, sua “matriz” ([1975], 1988, p.162). Todavia, as FDs não devem ser pensadas aqui como um bloco homogêneo, funcionando automaticamente: elas são “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (Orlandi, [1999]2005a, p.43).

Acreditamos que por meio do conceito de formação discursiva fica mais fácil entender a mobilidade de sentidos (e os processos de *assimilação* e *resistência* do sujeito). Uma vez que se passe de uma FD a outra, as supostas “mesmas” palavras e expressões podem adquirir outros sentidos, de acordo com essa nova matriz. Dito de outra maneira, os sentidos tomam forma no espaço de uma formação discursiva e, passando-se a uma outra FD, as palavras e expressões podem assumir sentidos outros. De qualquer modo, seja nesta ou naquela FD, a ilusão de transparência do sentido é sempre mantida pela dissimulação<sup>37</sup> que toda FD realiza no complexo processo ideológico que a produz. As FIs formam um conjunto que tem entre si uma FI dominante — o “todo complexo com

<sup>37</sup> Segundo Pêcheux, “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas” ([1975]1988, p.162). Isso equivale a dizer que o processo de interpelação ideológica é apagado aos olhos do sujeito, ou seja, ele esquece que é assujeitado à ideologia.

dominante” (Pêcheux, [1975]1988, p.162), ao qual o filósofo propõe chamar de “interdiscurso”. O interdiscurso é algo que fala “sempre antes, em outro lugar e independentemente” (*ibidem*, p.162). É por meio do interdiscurso que o sujeito concebe a sua “realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas — aceitas, experimentadas” (*ibidem*, p.162).

Ainda no âmbito da discussão sobre as FDs, Pêcheux toma de Althusser o termo “forma-sujeito”, o qual se referia à forma de existência histórica de qualquer indivíduo, apresentando-o como o “sujeito universal” de uma FD, com a qual o sujeito irá se identificar (ou não). O processo de *identificação* do sujeito com uma formação discursiva fica assim resumido:

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso próprio do sujeito. (Pêcheux, [1975], 1988, p.163)

Ou seja, o sujeito é constituído pela sua sujeição a uma FD que o determina e a seus dizeres. E nesse sentido, o “intradiscurso” — fio do discurso do sujeito — é um efeito do interdiscurso, sendo que a forma-sujeito com a qual o sujeito se identifica caracteriza-se por incorporar, ao mesmo tempo em que dissimula, os elementos do interdiscurso no intradiscurso ([1975], 1988, p.167). É pelo esquecimento que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, sentindo-se responsável pelos dizeres. Assim, a autoria do sujeito é um efeito, efeito da necessária ocultação do processo de *identificação* do sujeito com o sujeito universal de uma FD. Segundo Pêcheux:

todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em ‘sujeito-responsável’. ([1975]1988, p.214)

Desse modo, entendemos que o sujeito da AD não é um indivíduo, mas uma posição, ou seja, uma posição ideológica a partir da qual os sentidos são constituídos. Assim, em AD não se fala em um sujeito único, mas em várias

“posições-sujeito”, as quais estão relacionadas às FIs por meio das FDs. Nas palavras de Indursky:

o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições. (1997, p.27-28)

O sujeito, então, representa a forma-sujeito a partir de uma posição-sujeito, ou seja, ele é efeito da forma-sujeito, sendo que o funcionamento de diferentes FDs vai representar diferentes posições, possíveis exatamente porque o discurso é heterogêneo. O sujeito da AD é, portanto, uma posição material linguístico-histórica (Mariani, 2003, p.61), produzida no jogo das tensões sócio-históricas e político-ideológicas.

Pêcheux continua sua reflexão dizendo haver três modalidades de relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal da FD (ou, a forma-sujeito da FD), as quais são por ele chamadas de processos de *identificação*, *contra-identificação* e *desidentificação*. A *identificação* corresponde ao “bom sujeito”, aquele que se identifica com o sujeito universal da FD pela superposição do sujeito com a forma-sujeito da FD, ou seja, em seu assujeitamento, o sujeito da enunciação é um reflexo do sujeito universal. Nas palavras de Pêcheux, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação” ([1975]1988, p.215).

A *contra-identificação* corresponde ao “mau sujeito”, ou seja, o sujeito da enunciação opera uma separação, voltando-se contra o sujeito universal da FD, havendo, portanto, um questionamento daquilo que a forma-sujeito “lhe dá a pensar”. Pêcheux assim resume o processo: “o sujeito, o ‘mau sujeito’ [...] se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra*” ([1975]1988, p 216). É importante ressaltar que a *contra-identificação*, na concepção de Pêcheux, não significa um retorno ao sujeito pleno, uma vez que tanto o movimento de *identificação* quanto o de *contra-identificação* acontecem nos limites da própria FD, ou seja:

Ora, o que, justamente, nosso desvio permite compreender é que esse ‘antagonismo’ [...] se manifesta, em realidade, *no interior da forma-sujeito*, na medida em que o efeito daquilo que definimos como o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ele ou que a rejeite. (Pêcheux, [1975]1988, p.216)

Isso quer dizer que, ainda que o sujeito faça o movimento de rejeitar algo de uma FD (ou toda ela, como veremos a seguir), esse movimento do sujeito ainda estará circunscrito ao espaço da ideologia, da língua, da história, sendo-lhe impossível sair da rede da linguagem (ou seja, não é possível uma visão de sobrevôo).

A *desidentificação* refere-se ao movimento de ruptura do sujeito da enunciação com a forma-sujeito da FD que o domina, gerando o deslocamento do sujeito da enunciação para a identificação com outra FD. Esta modalidade é chamada por Pêcheux de “tomada de posição não-subjetiva”, uma vez que não há a superposição do sujeito com o sujeito universal. Cabe ressaltar que, mais uma vez, a forma-sujeito não é anulada, o “efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo* [...] *de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’*” (Pêcheux, [1975]1988, p.217). A ideologia, então, não desaparece, mas sim funciona às avessas, isto é “*sobre e contra si mesma*” (*ibidem*, p.217). Esses três movimentos constituem o cerne de nossa discussão nesta tese e serão retomados de forma mais minuciosa na terceira seção deste capítulo.

A proposta de Pêcheux pode ser assim resumida, tomando as palavras do próprio filósofo:

Se é verdade que ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem e escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen”,<sup>38</sup> colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso. ([1975]1988, p.157-8)

<sup>38</sup> Efeito Münchhausen: há na Alemanha um conto infantil cujo personagem, o Barão de Münchhausen, num de seus passeios a cavalo, afunda num pântano. Como não havia ninguém para ajudá-lo e ele afundava cada vez mais rapidamente, o barão teve a idéia de puxar a si mesmo pelos cabelos. Assim fazendo, ele conseguiu sair junto com seu cavalo do atoleiro. Pêcheux usa essa imagem para criticar os linguistas de seu tempo, os quais isolavam o sujeito do funcionamento da ideologia.

De tudo o que foi exposto, entendemos, assim como Althusser (1970) e Pêcheux (1975), que não há sujeito sem ideologia e que, por outro lado, não há ideologia sem sujeito; em outros termos, é pela relação entre língua e ideologia que se pode compreender como o sentido é produzido por e para os sujeitos. E, desse modo, a AD advoga que a materialidade da ideologia é exatamente o discurso, cuja materialidade, por sua vez, é a língua.<sup>39</sup> Nas palavras de Pêcheux, reverberando em seu discurso a voz de Althusser (1970), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” ([1975]1988, p.133). Sobressai, portanto, uma visão de sujeito sócio-histórico, isto é, do homem como animal ideológico.

Por outro lado, a AD conforme concebida por Pêcheux abre espaço para um sujeito com uma história também particular ao inserir em suas reflexões a teoria psicanalítica. Desde a década de 1960 a psicanálise vem sendo invocada nesse campo de estudo. Atualmente, as considerações teóricas acerca do inconsciente se fazem cada vez mais presentes no Brasil, como, por exemplo, em pesquisas de importantes pesquisadores AD, como Bethânia Mariani, Maria Cristina Ferreira e Pedro de Souza, para citar alguns. O já-sabido do interdiscurso, de acordo com a abordagem da AD, não é necessariamente consciente; é algo do qual o sujeito simplesmente não se dá conta, ou seja, o sujeito sabe, mas não sabe que sabe. Esse (des)conhecimento tem a ver também com o funcionamento do inconsciente como estrutura, que irrompe no discurso e, se percebido, causa surpresa.

Embora o enlace entre a AD e a psicanálise venha tendo maior desenvolvimento no Brasil, nos últimos anos, é correto afirmar que o projeto de Michel Pêcheux nasceu sob a articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. De acordo com Malidier (2003), embora fosse Saussure que estivesse mais fortemente presente em *Análise automática do discurso* (1969), Freud e Marx estavam também ali evocados. Dessa forma, desde 1969 Pêcheux já vinha desenvolvendo suas considerações a respeito da interpelação ideológica sob o viés também do inconsciente. Segundo Malidier, a “teoria dos esquecimentos” deve-se à psicanálise, o que Michel Pêcheux “sublinha

---

<sup>39</sup> O discurso tem materialidade, é a língua. Quando dizemos algo como “tenho que traduzir literalmente as sagradas escrituras porque até a ordem das palavras ensejam mistério”, há um discurso religioso que se materializa, por exemplo, no uso da palavra “mistério”, que aqui suscita a divindade do Senhor, a impossibilidade de alterar as palavras de Deus etc.

muito claramente” (2003, p.43). Pêcheux propõe dois esquecimentos para entender o funcionamento da ideologia e da linguagem. De maneira resumida, o esquecimento número 1 refere-se à ilusão do sujeito ser a origem do sentido enquanto o esquecimento número 2 refere-se à ilusão de que o sujeito tem o domínio do que diz. As zonas dos dois esquecimentos e as oposições que eles sugerem são da zona do pré-consciente para o esquecimento número 2 e a do inconsciente para o esquecimento número 1 (Pêcheux, [1975]1988, p.173). Essa distinção já aponta a ligação da AD com a psicanálise, uma vez que tal terminologia – pré-consciente e inconsciente – é tomada a partir de Freud (Pêcheux e Fuchs, [1969]1997, p.177).

O “esquecimento número 2” tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito, sendo o esquecimento pelo qual

todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da FD que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase<sup>40</sup> – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.* (Pêcheux, [1975]1988, p.173)

Ou seja, pelo “esquecimento número 2” o sujeito pensa ter domínio das estratégias de seu dizer, assim, o “esquecimento número 2” é responsável por dizermos algo de uma maneira e não de outra: o modo de dizer é relevante na construção dos sentidos. A zona do esquecimento número 2 tem relação com a consciência, na medida em que o sujeito pode se corrigir para explicitar a si próprio e o que disse (Pêcheux e Fuchs, 1997, p.177).

É pelo esquecimento número 1 que o sujeito se pensa como origem do dizer, esquecendo-se de que o que faz é retomar sentidos pré-existentes. O “esquecimento número 1”, segundo Pêcheux, “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” ([1975]1988, p.173). Ele também é conhecido como “esquecimento ideológico”, uma vez que resulta do modo pelo qual a ideologia afeta os sujeitos: “apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar outro “esquecimento” [...] o *esquecimento no. 1* remetia, por analogia

---

<sup>40</sup> Paráfrase: processo pelo qual em todo dizer há algo que se mantém, representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, ou seja, tem a ver com a produção de diferentes formulações do mesmo dizer (Orlandi, 2005a, p.36). A polissemia, por outro lado, envolve ruptura, garantindo que “um mesmo objeto simbólico passe por diferentes processos de re-significação” (Ferreira, 2001, p.20).

com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão” (Pêcheux, [1975]1988, p.173). Desse modo, o sujeito-falante tem pelo esquecimento número 1 a ilusão de que é origem do sentido e pelo esquecimento número 2 a ilusão de que tem domínio sobre o que diz. Vale ressaltar, ainda, que os esquecimentos não são defeitos, mas estruturantes, uma vez que são necessários para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos (Orlandi, [1999]2005a, p.36). O “esquecimento número 1” é inacessível ao sujeito, tendo relação direta com o inconsciente.

Na continuação de sua discussão sobre os esquecimentos, Pêcheux salienta a ligação existente entre a AD e a psicanálise ao advogar que havia na linguística de seu tempo uma “ausência teórica de um *correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos*” ([1975]1988, p.176), sendo esta, portanto, uma das lacunas que seu trabalho pretendia preencher. Nesse sentido, Pêcheux explica o funcionamento dos dois esquecimentos (o esquecimento número 2 encobrendo o funcionamento do esquecimento número 1) como a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando-se a uma nova representação, a qual aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação com ela seja inconsciente (*ibidem*, p.175). Segundo Pêcheux:

é esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva [o vínculo] procede da *identificação simbólica*<sup>41</sup> e, como tal, é representado através das ‘leis da língua’ [...] de modo que, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente. ([1975]1988, p.175)

O que se depreende da passagem acima é que tanto o simbólico como o inconsciente recebem uma marca do ideológico, que é a matriz do aparato teórico construído por Pêcheux.

Para entender a imbricação entre ideologia e inconsciente, Pêcheux discute a alteridade ao realizar uma analogia com a teoria lacaniana do outro *versus* o

---

<sup>41</sup> Com relação á identificação simbólica, Pêcheux acrescenta uma nota explicativa: “Essa identificação simbólica domina as identificações imaginárias através das quais toda representação verbal, portanto, toda ‘palavra’, ‘expressão’, ou ‘enunciado’, se reveste de um sentido próprio, ‘absolutamente evidente’, que lhe pertence”. ([1975]1988, p.184)

Outro, referindo-se à forma-sujeito da FD, que para o filósofo seria o Sujeito, com letra maiúscula:

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal – é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan ‘o inconsciente é o discurso do Outro’, podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na *interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. ([1975]1988, p.133-134)

Como aborda Mariani, o “Outro” em Lacan refere-se ao simbólico enquanto o “Outro” em Pêcheux aponta para o interdiscurso (2003, p.62). Desse modo, tanto a psicanálise quanto a AD apontam para a constituição do sujeito pela linguagem, sendo que o sujeito de modo algum existe a priori. Essas reflexões foram muito bem desenvolvidas por Mariani:

O sujeito quando diz ‘eu’ (‘ego’), o faz a partir de sua inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a ‘realidade’ do que lhe é dado a ser, agir, pensar. Tal relação estabelecida com a ‘realidade’ é da ordem do imaginário, algo que se produz após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro [tanto o da linguagem quanto o do interdiscurso], ou seja, o sujeito não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico e partir do simbólico para dizer ‘eu’ e para se referir a um mundo já simbolizado [havendo] a dependência do sujeito ao significante. (2003, p.62)

Pela psicanálise, entendemos que não há sujeito sem significante. Além disso, como salienta Mariani, o sujeito mostra sua inserção na história ao usar as “palavras” (2003, p.63,65). Desse modo, em AD a produção dos sentidos está tanto ligada ao funcionamento do inconsciente quanto da história. Em outras palavras, “a instância ideológica [...] se faz presente na produção discursiva do sujeito tanto quanto as marcas do modo como tomou forma a sua estrutura neurótica” (*ibidem*, p.66).

O ponto que desejamos abordar é que não apenas os lapsos, os chistes etc. apontam para a atuação do desejo inconsciente, mas o próprio processo de interpelação-identificação, ainda que isso não seja visivelmente marcado. O modo como toma forma a estrutura neurótica do sujeito é esse algo que aponta para uma dimensão que vai além da esfera social, revelando o âmbito também singular dos

processos de significação. Estamos considerando, como o fez Frota com base nas reflexões de Lacan, que há pelo menos duas estruturas de linguagem: aquela dos discursos que circulam e a escrita psíquica, entendida pela psicanálise no sentido de um aparelho psíquico “concebido como uma estrutura de traços, traços pulsionais e traços que representam restos” (Frota, 2000a, p.198). Desse modo, entramos em sintonia com Lacan quando este diz que “o inconsciente não deixa nenhuma de nossas ações fora de seu campo” (*apud* Frota, 2000a, p.209). Logo, não seria incorreta nossa suposição de que a história particular do sujeito atua, ainda que não deixe marcas evidentes, no processo de interpelação-identificação do sujeito. Vale ressaltar que história e inconsciente não são imutáveis, daí também advir uma mobilidade dos sentidos.

Em “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação” (1978), Pêcheux realiza uma autocrítica ao mesmo tempo em que procura retificar alguns de seus argumentos. O foco de sua crítica é exatamente a proposição dos esquecimentos. O filósofo tenta se desvencilhar de supostos “erros” do passado, e é por meio da psicanálise que ele tenta reestruturar seu pensamento, o que já se evidencia no título, referência direta e explícita a J. Lacan; ou seja, é na contribuição deste que se sustentará a retificação:

Só há causa daquilo que falha (*J. Lacan*). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta a essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido. ([1978]1988, p.300, grifo nosso)

O erro, segundo Pêcheux, é “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Verités de la Palice [Semântica e discurso]*” ([1978]1988, p.300). Segundo o filósofo, o processo de identificação do sujeito com a FD que o domina funcionou “bem demais” no texto de 1975 ([1978]1988, p.293). Desse modo, a retificação proposta por Pêcheux é uma autocrítica ao conceito de sujeito apresentado em *Semântica e discurso*, no qual há uma interpelação bem sucedida. Em outras palavras, a falha não teria sido considerada em profundidade.

A partir da noção de sujeito de Lacan, ou seja, a de que o sujeito está no espaço do que um significante representa para outro significante, Pêcheux busca abrir caminho para a falha, para se compreender “de que modo a ação do significante no sujeito abre caminho para o que fracassa: pois, há causa para o que falha” (Leite, 2005, p.80). Portanto, se algo “falhou” em *Semântica e discurso*, foi a relação entre discurso e inconsciente. É preciso lembrar que o inconsciente não é fonte da ideologia; todavia, inconsciente e ideologia estão em relação, daí a necessidade de se voltar às formulações sobre as identificações a partir das colocações de Lacan.

O que nos interessa aqui é a possibilidade do fracasso da identificação de um sujeito com o Sujeito de uma FD. Acreditamos no desejo do inconsciente como a raiz tanto de outro assujeitamento, como também da resistência. Além disso, pensamos que o fracasso da identificação pode ser, pelo menos em parte, resolvido pela abordagem de uma forma-sujeito fragmentada, tal como realizado por Indursky (2000) a partir de Courtine (1981, 1982). É nesse sentido que buscamos entender os processos de *identificação*, de *contra-identificação* e de *desidentificação*, sustentando que esses movimentos advêm também da maneira como o sujeito é interpelado em razão de sua história singular, a qual está vinculada também à atuação do desejo inconsciente no movimento da produção dos sentidos (ainda que esse movimento não se mostre efetivamente, como acontece com os chistes, lapsos e atos falhos, como aponta Frota, 2000a). Assim, a operação de certa subjetividade permite abrir espaço tanto para o sucesso quanto para o fracasso de uma identificação, o que, por sua vez, pode permitir o nascimento de algo novo. Nas palavras de Žižek: “a psicanálise também delinea a economia simbólica de como – de tempos em tempos, pelo menos – somos capazes de romper o círculo vicioso que gera o fechamento ‘totalitário’” (1996, p.34). Nossa leitura dessa citação é a de que não há dominação sem resistência. Não queremos dizer com isso que é possível ao sujeito se tornar livre no momento da subversão; o sujeito é sempre interpelado ideologicamente – não há desassujeitamento. Contudo, essa interpelação será também singular, já que há o desejo inconsciente. Pela inevitabilidade da atuação necessária de uma história particular, entendemos que ela deva também ser considerada no movimento de sedimentação e de alteração dos condicionantes sócio-histórico-culturais. Demanda-se uma exploração da singularidade no processo de interpelação e,

desse modo, um entendimento de que os indivíduos não são interpelados ideologicamente de modo homogêneo, entre outras coisas, pela atuação do inconsciente. Talvez aí tenhamos um caminho para uma compreensão mais profunda acerca do processo de *contra-identificação* e *desidentificação*.

A possibilidade de os sujeitos assujeitados resistirem já está em Pêcheux, exatamente no cruzamento entre ideologia e inconsciente “e se [...] a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (Pêcheux, [1975]1988, p.302). Todavia, esse caminho teórico-conceitual ainda se encontra em desenvolvimento, cabendo aos seguidores e críticos de Pêcheux realizá-lo com mais profundidade. O entrecruzamento entre linguagem, ideologia e inconsciente foi bem resumido nas palavras de Ferreira: “o sujeito constituído pela linguagem manifesta-se como efeito de linguagem; ao ser interpelado pela ideologia como sujeito, comparece como assujeitado; e, ao ser atravessado por uma teoria não subjetiva da subjetividade, marca-se como desejante” (2005a, p.69). O ideológico e o inconsciente são pensados, a partir da intervenção de Pêcheux, como elementos constitutivos de qualquer discurso e de qualquer sujeito; daí nossa defesa de um diálogo mais substancial entre a AD francesa e os Estudos da Tradução.

### 3.2

#### A tradução como processo discursivo

Em 2003, Solange Mittmann publicou sua tese de doutorado em formato de livro sob o título de *Notas do tradutor e o processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Embora já houvesse artigos propondo uma relação entre a Análise do Discurso Francesa<sup>42</sup> e a atividade tradutória, este foi o primeiro trabalho de fôlego a fazer a ligação entre os Estudos da Tradução e a AD francesa, daí ser abordado nesta tese. Em seu trabalho, Mittmann procurou colocar a tradução como um processo de produção de discurso. Nesse percurso, a autora passou a considerar as diferenças entre a corrente teórica sobre a tradução a

---

<sup>42</sup> Ver, por exemplo, Maria José Coracini, *A celebração do outro: arquivo, memória, identidade. Línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução* (2007), onde a autora reúne textos anteriormente publicados, sendo o último capítulo destinado à reflexão sobre língua estrangeira e no qual encontramos parte de seu pensamento sobre a tradução.

que chamou de “perspectiva tradicional” e a que denominou de “perspectiva contestadora” A partir daí, ela teceu toda uma discussão sobre tópicos de grande importância no campo dos estudos da tradução, tais como interpretação e texto, procurando demonstrar a proximidade entre a perspectiva contestadora nos estudos da tradução e a proposta da Análise do Discurso francesa, ao mesmo tempo em que salientava o afastamento desse campo teórico (AD francesa) da perspectiva tradicional. A autora, então, passou a abordar os conceitos da Análise do Discurso francesa de *discurso*, *sujeito* e *sentido*, bem como aqueles a eles relacionados (*texto*, *condições de produção*, *língua*, *assujeitamento*, *esquecimento*, entre outros), demonstrando suas implicações para o processo tradutório. Dentre esses conceitos vários, discutiremos apenas os que são de particular interesse para o desenvolvimento desta tese.

Segundo a autora, um conceito-chave para o entendimento do processo tradutório é o de *texto* (peça não fechada onde encontramos a materialidade do discurso), uma vez que é na leitura do texto-fonte que o processo discursivo propriamente dito da tradução tem início. O que a AD pode fornecer à compreensão da tradução nesse sentido é a consideração de que é na língua que o discurso se materializa, uma vez que ela é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (Pêcheux & Fuchs, 1997, p.172). Daí afirmarem os analistas do discurso que a leitura não é um processo de decodificação, mas um espaço de produção de sentidos. A partir da leitura, vista como processo de produção de sentidos, o tradutor produz um novo discurso, que se materializará em um novo texto — o texto da tradução. Por sua vez, o leitor da tradução também estará produzindo sentidos no momento de sua leitura dessa tradução. Essas considerações levam Mittmann a observar que a relação de imbricação entre texto e discurso faz com que a tradução não possa ser tomada como algo isolado, mas em relação às suas condições de produção, que, no caso da tradução, também envolvem outros textos a que o tradutor recorre, tais como dicionários, artigos e livros relacionados ao assunto da tradução, outras traduções etc., os quais são *materializações de outros discursos* (Mittmann, 2003, p.57). Assim, há um deslizamento de discursos na tradução, o que é totalmente ignorado pela concepção tradicional de tradução.

Outro conceito fundamental para a compreensão do processo tradutório é a noção de *língua*, uma vez que as concepções de tradução normalmente têm um

vínculo direto com a concepção de língua a que o teórico/estudioso da tradução se filia, implícita ou explicitamente. Segundo Mittmann, a língua não é tomada pela AD como lugar de univocidade, transparência e regularidade; ao contrário, a AD admite a falha, a falta e o equívoco como constitutivos da própria estrutura da língua. De acordo com a autora, a partir da AD é possível considerar que as línguas têm materialidade histórica particular, o que tem efeitos no entendimento do processo tradutório. Nas palavras de Orlandi, as línguas “se marcam por se historicizarem de maneiras distintas. [Por essa razão, elas] produzem discursos distintos [e] significam diferentemente” (1994, p.31). Desse modo, a historicidade<sup>43</sup> constitui a língua e os sentidos. Nessa direção, ao correlacionar o conceito de língua da AD com as concepções tradicional e contestadora de tradução, Mittmann afirma, mais uma vez, que não apenas a argumentação teórica da AD está em conformidade com as teorias contestadoras da tradução, mas defende uma concepção de língua que admite a falha, o equívoco não como desvio; a consideração da irregularidade e da heterogeneidade conduz a uma visão de tradução na qual a historicidade da língua torna-se fundamental. Assim, tudo o que constitui os processos discursivos (sistema de valores, carga afetiva, aquilo que pode/deve ou não pode/não deve ser dito) — a formação discursiva e o interdiscurso — também impregna a língua e vai constituir a forma como a língua recorta o real. Ao traduzir, portanto, o tradutor encontra outro sistema de valores, outras determinações históricas etc., que representam outro recorte do real (Mittmann, 2003, p.60-61). A conclusão a qual a autora chega é a de que, na tradução, como em qualquer situação de “comunicação”, há sentidos sendo produzidos por todos os envolvidos. No caso da tradução, autor, tradutor como leitor, tradutor como autor e leitor(es) da tradução (*ibidem*, p.65). Sob essa perspectiva, o tradutor é agente, pois o texto original materializa um discurso o qual será interpretado pelo tradutor (quando ele lê o texto-fonte e quando escreve a tradução) e, portanto, irá produzir um novo discurso.

Cabe retomar aqui a visão de interpretação pela AD francesa; interpretar é dar sentido: “quando um sujeito fala [e podemos acrescentar, lê] ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido [às] palavras em condições

---

<sup>43</sup> De acordo com o encaminhamento teórico proposto pela AD, não é de interesse do analista de discurso fazer um “rastreamento de dados históricos em um texto”, mas o de compreender como os sentidos são ali produzidos. De acordo com Ferreira, “a esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade” (2005a, p.17).

específicas” (Orlandi, 1996, p.65). Lembrando que, “para que uma palavra faça sentido, é preciso que ela já tenha sentido” (*ibidem*, p.71); ou seja, os sentidos derivam do interdiscurso da(s) FD(s), da memória do dizer que se faz presente no que se “fala”: “toda fala [e podemos acrescentar, leitura] resulta assim de um efeito de sustentação no já dito [do interdiscurso]” (*ibidem*, p.71). Segundo Mittmann, o efeito de sujeito como efeito de responsabilidade é fundamental para se entender a noção de autoria no campo da AD francesa. Nas palavras de Orlandi, a autoria tem relação com um gesto de interpretação que faz com que o sujeito seja “responsável pelo sentido que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido” (1996, p.97). A implicação do (des)conhecimento do sujeito de seu processo de assujeitamento para a tradução é que se tem a ilusão de que o tradutor realiza a tradução em total liberdade. Nas palavras de Mittmann:

Essa ilusão oculta o fato de que sua interpretação, isto é, os sentidos que [o tradutor] produz são resultado da posição-sujeito que ele assume, que, por sua vez, resulta da forma singular como ele é interpelado pela FD que o domina e pelo interdiscurso que exerce uma determinação sobre essa FD [...] o sujeito não é fonte do seu dizer, mas é o suporte e o efeito de determinações ideológicas. O seu dizer tem origem no interdiscurso e é determinado pela FD [...] o sujeito é multiplicidade, repleta de incoerências. Assim, no processo tradutório, diversas vozes – e não apenas a voz do autor (a sua imagem) – localizadas ou não [...] falam pela voz do tradutor, vozes que podem estar em relação de aliança, recobrimento, oposição... (2003, p.88).

A formulação do sujeito da enunciação tem relação com a memória do dizer que domina o sujeito, advinda da matriz do sentido (FD). Porém, nessa formulação, apesar da determinação da FD que o domina, abre espaço para a singularidade, uma vez que a formulação resulta da maneira singular que a ideologia afeta o sujeito. Essa singularidade, contudo, não pode ser confundida com a vontade do sujeito. A questão é que os sujeitos são constituídos pela/na ideologia, mas não de maneira uniforme também pela atuação do inconsciente. Assim, no jogo da heterogeneidade das FDs, estão em jogo também o interdiscurso e o inconsciente (Authier-Revuz, 1990, p.29); o que nos aproxima e distancia do trabalho proposto por Mittmann.

De acordo com a pesquisadora, na concepção tradicional há uma forte resistência à inscrição da subjetividade do tradutor no texto traduzido, chegando ao ponto de se considerar a “presença” do tradutor no texto como algo negativo,

que deve ser evitado. Já na concepção contestadora, cada teórico, a seu modo, reivindica o reconhecimento da produção da tradução pelo tradutor. Mittmann defende que falar sobre o tradutor do ponto de vista da AD implica abordar a interpelação ideológica que constitui esse tradutor como sujeito por meio de sua relação com a forma-sujeito de uma formação discursiva (conforme já abordado na seção anterior, e ponto em que dialogamos com Mittmann). De acordo com a autora, é a partir dessa relação — do sujeito tradutor com o Sujeito da FD — que o tradutor, “como sujeito enunciador, assume uma posição-sujeito, que se inscreve em sua formulação, no caso, o texto da tradução” (2003, p.80). Portanto, é essa relação que determina a produção de sentidos tanto no processo de leitura do original quanto no de escrita da tradução; daí, segundo Mittmann, a particularidade de cada tradução. Vale acrescentar que o processo de relação entre o Sujeito da FD e sujeito-tradutor é um processo encoberto, ou seja, o sujeito é interpelado, mas se acredita livre. Como vimos, essa questão é abordada por Pêcheux na sua proposta dos dois esquecimentos, os quais geram dois efeitos: o efeito de sujeito, ilusão de que o sujeito é a origem do que diz; e o efeito de responsabilidade, o esquecimento do processo que constitui o sujeito e seu discurso gera a ilusão de total consciência e, portanto, de responsabilidade sobre o que diz.

Um dos pontos mais relevantes para nossos objetivos foi abordado por Mittmann: a língua, enquanto lugar de construção de discursos, é a possibilidade tanto da repetição de discursos já sedimentados quanto da inserção do novo. Em uma primeira tentativa, Pêcheux cunhou, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, o conceito de “pessoa deslocada”. Todavia, como apontou Mittmann, esse conceito estava baseado em uma possível mobilidade frente a uma mutação ideológica, o que significa dizer que o sujeito se desloca apenas até o limite que a formação social permite (2003, p.75); ou seja, o sujeito continua assujeitado nessa sua “reação”, que não é livre, mas resultado de conjunções ideológicas. Posteriormente, Pêcheux reformula o conceito propondo o termo “mau sujeito”, como vimos na seção anterior. Este seria o resultado da contra-identificação do sujeito com o que lhe é imposto pelo Sujeito da FD. Contudo, segundo a leitura de Mittmann, tal contra-identificação se origina no interdiscurso, o qual seria determinante nesse processo, e não o sujeito. A possibilidade de resistência

particular aparece mais tarde, ainda que muito sutilmente, quando da consideração da esfera do inconsciente:

todo discurso é o índice em potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação bem sucedida. (Pêcheux, [1983]2006, p.56)

Apesar do uso de palavras como “deliberado”, Mittmann observa que o espaço para a “liberdade” é sobredeterminado pelo espaço das FDs: “a partir dessa passagem pelos estudos de Pêcheux, parece-nos que o espaço para a liberdade é sempre determinado” (2003, p 76). Concordamos com Mittmann que não é possível para o sujeito se furtar a ideologia – ela o constitui como tal. Mas acreditamos ser importante salientar a relação ideologia e inconsciente, pois, como o próprio Pêcheux apontou, os sujeitos não são interpelados de forma homogênea. Só assim conseguiremos atingir um nível de sofisticação capaz de dar conta da complexidade tradutória como processo em que a esfera singular é posta.

Mittmann, ao se referir à tradução, coloca que:

Se a relação do tradutor com o saber de uma FD não é sempre a mesma, a própria FD não é sempre igual a si mesma, já que é constantemente invadida pelos saberes e pelas vozes do seu interdiscurso. E essas vozes chegam até o discurso do tradutor para serem interligadas, negadas, silenciadas etc. Por isso, o dizer do tradutor é constitutivamente heterogêneo. E não apenas porque o texto/discurso da tradução se dá a partir de um texto/discurso original, mas porque além da voz do autor e das vozes que constituíram o discurso do autor, estão também presentes outras vozes trazidas consciente ou inconscientemente pelo tradutor. (2003, p.82)

Parece-nos que inconsciente aqui está sendo colocado como adjetivo, como a característica do que não é percebido pelo sujeito. Contudo, como vimos no segundo capítulo, não se trata apenas do que não é percebido, vai além. Trata-se de uma estrutura que tem sua ordem de funcionamento, o inconsciente como substantivo e que, apesar de quase não se dar a ver, trabalha todo o tempo e se faz presente nos atos do sujeito. Retomando o exemplo de Frota (2000a), discutido no capítulo anterior, é essa esfera particular que explica o uso de *colando* para traduzir *picking up* na tradução analisada por Frota. Além disso, somente a partir dessa tradução singular – *colando* – advinda da história particular daquele sujeito-

tradutor, que tal tradução tornou-se passível de ser discutida, sendo que parte dos leitores considerou adequada a tradução e outros condenaram fortemente. Não se trata aqui de apontar um defeito no trabalho de Mittmann, mas sim de mostrar que os interesses são diversos.

Acreditamos que um exame mais minucioso dos processos de *contra-identificação* e *desidentificação*, aliado à consideração do inconsciente enquanto estrutura, seja o caminho para que singularidade seja também considerada. Cremos que os movimentos de *assimilação* e de *resistência* se dão também pela atuação do inconsciente, o qual seria, concomitantemente à ideologia, responsável pela identificação (ou não) do sujeito com o Sujeito de uma FD. Se o sujeito não pode se furtar à interpelação ideológica, também não o pode fazer com o desejo, outra mola propulsora de seus atos. Cabe problematizarmos como o sujeito se identifica, se contra-identifica e se desidentifica. Pensamos que a resposta esteja na consideração desejo inconsciente, que também constitui a “escolha” de uma ou mais posições-sujeito. Esse é um dos pontos que diferencia este trabalho da pesquisa elaborada e desenvolvida por Mittmann.

Além disso, a unidade de análise da referida autora são as notas do tradutor, espaço considerado como próprio e natural para o discurso do tradutor, a partir do qual, segundo a autora, é possível se chegar aos processos de funcionamento e constituição do discurso (teórico) do tradutor durante o processo tradutório (Mittmann, 2003, p.111). Nesta tese, tencionamos discutir a intervenção do tradutor também no corpo da tradução, procurando investigar os processos discursivos do tradutor, presentes na própria tradução, lugar de antemão tomado pelo leitor comum como sendo o espaço do discurso do autor do suposto original. Visamos também entender como o pensamento tradutório de um tradutor, ou seja, a maneira como o tradutor concebe sua atividade (expressa em cartas, prefácios, artigos, entre outras produções no caso de Monteiro Lobato) tem repercussão em sua prática.

### 3.3

#### **Assimilação e resistência: uma proposta de análise**

*A resistência é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar a coerção, é a batalha por um lugar no qual o sujeito se encontre um poder de dizer, com ou sem o respaldo da hierarquia.*

(Lagazzi, 1988)

Esta seção tem por objetivo investigar os processos de *assimilação* e de *resistência* do tradutor por meio da proposta da AD francesa de Michel Pêcheux das modalidades de tomada de posição do sujeito denominadas por ele de *identificação*, *contra-identificação* e *desidentificação*. Para tanto, começaremos abordando o conceito de formação discursiva e suas reelaborações para, então, propormos a o termo *assimilação* como o movimento da *identificação* e o termo *resistência* como o processo de *contra-identificação* do sujeito com a forma-sujeito dominante que pode chegar à a promoção de um deslocamento capaz de gerar a substituição da forma-sujeito hegemônica por outra, anteriormente secundária, correspondendo, nesse último caso, ao movimento da *desidentificação*.

Foi Michel Foucault que, em 1969, em *A arqueologia do saber*, propôs o termo *formação discursiva*. Em sua busca para entender e descrever as relações entre enunciados no campo do discurso, Foucault percebeu que existia entre essas relações séries lacunares, desvios, jogos de diferenças que o levaram a falar em “sistemas de dispersão”:

encontrei formulações de níveis demasiado diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem se ligar e se compor em uma figura única e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de texto ininterrupto [...] nos encontramos na presença de conceitos que diferem em estrutura e regras de utilização, que se ignoram ou que se excluem uns aos outros e que não podem entrar na unidade de uma arquitetura lógica [...] daí a idéia de descrever essas dispersões. (Foucault, [1969]2005, p.42-43)

A partir da percepção dos movimentos de dispersão, Foucault lançou efetivamente o termo formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma

regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (*ibidem*, p.43)

Portanto, de acordo com Foucault, a formação discursiva (FD) relaciona um sistema de dispersão onde se percebe certa regularidade. Haveria regras de formação, ou seja, condições de existência, coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento. São essas regras de formação que permitem a determinação dos elementos que compõem uma FD, sendo necessário, na visão do autor, compreender a repartição das FDs e a dispersão dos seus saberes. Segundo Foucault, a regularidade dos enunciados é definida pela FD, e o conjunto de enunciados que se apóiam em uma FD constituem o discurso.

Indursky (2007) observa que essas regularidades tais como foram propostas por Foucault determinam uma FD homogênea e fechada, uma vez que haveria um sistema vertical de dependências, ou seja, as posições-sujeito e a coexistência entre os enunciados são possíveis somente quando autorizadas pelos níveis anteriores (Foucault [1969]2005, p.90). A transformação é cogitada, mas somente se submetida à regra principal da regularidade (Indursky, 2007, p.164). Além disso, Indursky chama a atenção para o fato de que Foucault afasta a ideologia como princípio organizador em sua definição de formação discursiva. Para o autor, deve-se “[evitar] assim palavras [...] inadequadas [...], aliás, para designar semelhante dispersão, como ciência, ou ideologia, ou teoria” (Foucault, [1969]2005, p.43).

Pêcheux retoma o conceito de Foucault, porém reelaborando-o para seus propósitos teóricos. A primeira formulação do filósofo sobre o tema encontra-se no texto de 1975, “A Propósito da Análise do Discurso: atualização e perspectivas”, escrito com Catherine Fuchs. Segundo os autores, as FDs deveriam ser entendidas em relação às formações ideológicas (FIs), conjunto complexo de representações e atos que se relacionam com as posições de classe. As FIs comportam uma ou mais FDs, as quais estão interligadas e “determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes” (Pêcheux e Fuchs, [1975]1997, p.166-167). Assim, o conceito de FD em AD está diretamente relacionado ao de ideologia, sendo noção central pela qual se articulam ideologia, sujeito e língua. Logo, as diferentes FIs se

materializam nas diferentes FDs, as quais representam, na ordem do discurso, as FIs que lhes são correspondentes (Pêcheux, [1975]1988, p.161).

O sujeito da abordagem de Pêcheux, como apontou Indursky,

além de social é histórico, por conseguinte, ideológico, e dotado de inconsciente [...] a constituição do sujeito da Análise do Discurso articula fortemente o social (a relação com a História) e o inconsciente (a relação com o dizer do outro). Em outras palavras, o sujeito da Análise do Discurso é duplamente afetado: em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia. (2000, p.71)

Desse modo, a relação do sujeito com a língua passa também pela consideração da esfera do inconsciente, possibilitando fazermos uma relação entre a proposta da singularidade, de Frota (2000a), e os movimentos de tomada de posição do sujeito de Pêcheux (1975).

Na AD, é pela relação entre o sujeito e as FDs que se consegue entender o funcionamento do sujeito no discurso. Mais especificamente, o sujeito é interpelado por meio de sua identificação “com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (Pêcheux, [1975]1988, p.163). Esta identificação acontece por meio da forma-sujeito, ou seja, pela existência histórica do sujeito, o que o filósofo também denomina de “sujeito universal”, “Sujeito, ou “o sujeito do saber” de uma FD. Segundo Indursky (2000), em um primeiro momento, a forma-sujeito é apresentada por Pêcheux como sendo homogênea (Pêcheux, [1975]1988, p.172), contudo, por meio de uma análise das “modalidades das tomadas de posição” do sujeito, as quais o filósofo denomina de *identificação*, *contra-identificação* e a *desidentificação*, essa homogeneidade é revista, o que nos interessa diretamente para a realização de nossas análises a serem apresentadas no próximo capítulo.

Segundo o próprio Pêcheux, o sujeito (des)conhece o processo de determinação pelo qual está assujeitado, logo, a tomada de posição do sujeito “não é, de modo algum, concebível como ‘ato originário’ do sujeito-falante” (Pêcheux, [1975]1988, p.172). Além disso, a tomada de posição do sujeito resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito (*Ibidem*, p.172). Com base nessas considerações, podemos acrescentar que o movimento do sujeito é duplamente determinado: pela ideologia, na figura da interpelação, e pela história particular do sujeito, que tem a ver com o processo de significação de cunho singular. Em outras palavras, é na

imbricação entre ideologia e inconsciente que se pode melhor entender os processo de tomada de posição do sujeito nas diferentes modalidades propostas por Pêcheux. Portanto, as “escolhas” do sujeito (o que inclui as escolhas do sujeito-tradutor) não estão no nível do totalmente percebido; elas estão no âmbito do que é consentido (ou proibido) no escopo da FD de onde ele fala, sendo que esse movimento de sobreposição ou não do sujeito com o Sujeito da FD também tem relação com a maneira que o sujeito tomou os sentidos para os eventos particulares de sua existência física.

Como já explicado, a modalidade da identificação consiste na identificação plena do sujeito com a forma-sujeito da FD que o domina. Essa modalidade produz o que Pêcheux denominou de “bom sujeito”: “ ‘a tomada de posição’ do sujeito realiza o seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’, [tem-se] o discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito” (Pêcheux, [1975]1988, p.215). Pela identificação, os elementos do interdiscurso, que constituem no discurso do sujeito *os traços daquilo que o determina*, são reescritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, [1975]1988, p.163). Em outros termos: “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’” (*Ibidem*, p.215). Este é o movimento que dá conta da manutenção do *status quo*, ou seja, da permanência dos valores e dizeres dominantes. Em nosso trabalho, propomos o termo *assimilação* com referência a essa modalidade, posto que o movimento de sobreposição do sujeito com o Sujeito não gera um processo de transformação/ inovação, mas repetição, daí a pertinência do termo *assimilação*.

A contra-identificação, por outro lado, consiste em uma tomada de posição que se contrapõe ao sujeito universal da FD. Nas palavras de Indursky, a

tensão, que ocorre no interior da forma-sujeito, estabelece a diferença em seu interior e, por conseguinte, no âmbito da formação discursiva, daí decorrendo a instauração da diferença e da contradição, não apenas no âmbito da Formação Discursiva, mas também da própria forma-sujeito. (2000, p.73)

Essa modalidade representa uma “separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar*: luta contra a evidência ideológica” (Pêcheux, [1975]1988, p.215), isto é, o sujeito se distancia do saber da FD em questão, o que gera

desdobramentos. Vemos nesse processo, um movimento de *resistência*, uma vez que o sujeito se aproxima do que “não pode” e “não deve ser dito” da FD que o domina, mas a força não é suficiente para alterar a posição sujeito dominante que marca o “Sujeito”. Mesmo assim, ainda que não haja uma total desestabilização do Sujeito da FD em questão, há pelo menos um gesto que instaura/fortalece a dissidência, abrindo caminho para uma possível subversão dos valores/dizeres estabelecidos. Em outras palavras, ainda que não haja a transformação, tem-se reforçada a heterogeneidade da FD pelo fortalecimento do contra-discurso, daí a pertinência do termo *resistência* para nomear a segunda modalidade de tomada de posição do sujeito proposta por Pêcheux.

A *desidentificação*, por sua vez, representa o funcionamento “às avessas” da ideologia, o que também tomamos por *resistência*. Nessa modalidade, o sujeito se desidentifica com a forma-sujeito da FD a ponto de promover a transformação do “Sujeito” da FD em questão. A essa terceira modalidade, Pêcheux denomina de posição não-subjetiva, contudo, ressalta que a ideologia não desaparece ([1975]1988, p.271); ocorre um ‘desarranjo/rearranjo’ do complexo das FIs com as respectivas FDs (*Ibidem*, p.218). Segundo o filósofo, “o sentido não “morre”, o sujeito não “desaparece”... A repercussão consiste num trabalho na e sobre a forma-sujeito” (*Ibidem*, p.269), de modo que a interpelação ideológica continua a atuar, porém, “contra si mesma” (*Ibidem*, p.271).

Indursky aponta que as diferentes modalidades de tomada de posição abrem espaço para se pensar esse “trabalho na e sobre a forma-sujeito”. Em primeiro lugar, a forma-sujeito deixa de ser vista como homogênea, como parece ser o caso da identificação. Com isso, a FD passa a ser entendida como lugar também da “instauração da diferença e da desigualdade de saberes” (2000, p.74). Em segundo lugar, no processo de *desidentificação*, o sujeito vai além da divergência com os saberes de uma FD, “ele rompe com a formação discursiva em que se inscreve e, por via de consequência, com a forma-sujeito que organiza os saberes da referida formação discursiva” (*ibidem*, p.74) para novamente se identificar com outra FD e seu sujeito universal; ou seja, o sujeito não se torna livre, há um “deslizamento de uma forma de subjetivação para outra” (*ibidem*, p.74).

Prosseguindo sua reflexão, Indursky salienta que Pêcheux define o interdiscurso como um todo complexo de formações discursivas com dominante

(Pêcheux, [1975]1988, p.162). Logo, no complexo das FDs há uma que é dominante, havendo, portanto, uma correspondente forma-sujeito dominante. Sendo assim, as diferentes modalidades se referem à relação do sujeito com a forma-sujeito dominante e, portanto, a *desidentificação* conduz à operação de identificação com uma outra forma-sujeito que não é dominante. Por analogia, Indursky conclui que

Se há um complexo de formações discursivas ligadas entre si, há igualmente um complexo de formas-sujeito também ligadas entre si e a desidentificação conduz à identificação com alguma destas outras formas-sujeito, que podemos entender como secundárias. (2000, p.74)

Segundo Courtine (1982), a FD “não é só um discurso para todos, não é também a cada um seu discurso, mas deve ser pensada como dois (ou mais) discursos em um só” (*apud* Indursky, 2000, p.75). Assim, a FD passa ser concebida como heterogênea, sendo essa heterogeneidade uma propriedade também da forma-sujeito; isto é, “a forma-sujeito abriga a diferença e ambigüidade em seu interior” (*ibidem*, p.75). O resultado dessa reflexão é que o sujeito da AD é visto como dividido entre as diversas posições de sujeito que sua interpelação ideológica permite. Essas posições de sujeito constituem “modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber, com os efeitos discursivos específicos que lhe estão ligados” (*ibidem*, p.76). O conceito de uma forma-sujeito única evoluiu para o de uma forma-sujeito fragmentada. Assim constituída, a forma-sujeito remete a uma concepção de sujeito que é fragmentado entre as diferentes posições de sua interpelação ideológica:

Num espaço com tais características, o sujeito só pode acompanhar e ser igualmente fragmentado entre as diferentes e divergentes posições que pode assumir em decorrência dos diferentes modos que encontra para identificar-se ou contra-identificar-se com o saber de uma Formação Discursiva, cujas “fronteiras se deslocam” [Courtine, 1981, p. 49] para acomodar saberes que migram, que vêm de fora, do interdiscurso. (Indursky, 2000, p.76)

A partir da fragmentação da forma-sujeito, o sujeito passa a identificar-se com o sujeito universal por meio de diferentes posições-sujeito (os diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito) que podem marcar até mesmo grandes desigualdades.

Para que possamos entender essas questões na prática, tomemos a análise proposta por Indursky a propósito do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra, MST, mais precisamente as dissidências ocorridas no interior desse movimento. Dentre as várias posições-sujeito da FD dos Sem-Terra, a autora destaca duas para sua análise, a do MST e a dissidente do MST. Para dar suporte à sua argumentação, Indursky apresenta uma sequência discursiva retirada de uma entrevista dada por Cícero Ferreira Neto, líder do movimento dissidente Topa-Tudo, à Folha de São Paulo em setembro de 1995:

o confronto de Corumbiara virou uma nova referência do Movimento sem-terra. A luta pela terra não é só do MST... O MST precisa entender que há lutas que o movimento não está abarcando.... O MST não abarca todos os sem-terra... Enquanto tiver uma família sem terra em Rondônia, estaremos na luta. Com ou sem MST, que deveria representar os sem-terra. (Indursky, 2000, p.78, grifos nossos)

Podemos observar, sobretudo a partir das sequências discursivas de referência (SDRs), que há uma voz que “entra em colisão” com a do MST, em um movimento de contra-identificação com os princípios da instituição. Nas palavras de Indursky, “dito de outra maneira, esse afastamento da posição-sujeito do MST conduz à instauração de uma outra posição-sujeito. Estamos, pois, diante de duas posições-sujeito: a do MST e a da dissidência do MST” (2000, p.78).

A partir dessa constatação, a autora discute a necessidade de uma tomada de posição teórica, qual seja, a de considerar que a partir da dissidência se formam duas FDs, o que implica dizer que a FD é una e homogênea; ou optar por uma única FD que comporta em seu interior saberes divergentes e, portanto, por uma visão de FD heterogênea. A autora escolhe o segundo caminho, afirmando ser o que permite considerar a forma-sujeito se realizando “no tenso entrelaçamento das diferentes posições de sujeito”, advinda de um processo de contra-identificação que abre espaço para saberes outros, diversos, tensos, contraditórios (*ibidem*, p.79). Assim, as diferentes posições de sujeito apontam para as diferentes formas do sujeito relacionar-se com a ideologia. O que, nas palavras da autora, “equivale a dizer que todas essas diferentes posições de sujeito relacionam-se com uma mesma forma-sujeito, a qual organiza esse domínio de saber, sendo ela, portanto, também dotada de heterogeneidade” (*ibidem*, p.79). O que acontece, porém, é que há uma dominância, no caso acima, da posição-sujeito do MST. Contudo, cabe

ressaltar que foi aberto o espaço da luta que, em algum momento, pode fazer com que haja uma inversão e a posição-sujeito dissidente passe a ser a hegemônica. Embora apresentemos nossas análises somente no próximo capítulo, cabe colocar que o mesmo caminho será por nós tomado ao propormos uma FD da/sobre a tradução no Brasil; exatamente por defendermos a heterogeneidade da FD e, conseqüentemente, da forma-sujeito.

Indursky salienta, ainda, que o movimento dissidente apresentado não configura um movimento de *desidentificação*, uma vez que tal somente ocorreria se fosse criado um novo domínio de saber, sob o qual o processo da interpelação se diferenciaria. Dito de outra maneira, permanece um denominador comum – a luta pela terra –, o “saber primordial dessa formação discursiva heterogênea”, o qual une todos os sem-terra, embora o modo de lutar seja diverso (2000, p.81).

De acordo com Indursky, o próprio Pêcheux, no trabalho “Remontémons de Foucault a Spinoza” ([1977]1980) havia revisto sua definição de ideologia propondo que ela não é igual a si mesma: “só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (*apud* Indursky, 2000, p.75), ou seja, a ideologia é heterogênea, existindo “sob o signo da contradição” (*ibidem*, p.75). Portanto:

Um sujeito [fragmentado] determina o que Pêcheux chamou de uma teoria não-subjetiva da subjetividade que, ao representar-se no discurso pode fazê-lo de várias formas, assumindo diferentes *posições-sujeito* e projetando diversos *efeitos de sujeito*, mostrando-se, por conseguinte, fragmentado, heterogêneo, disperso. Esse sujeito caracteriza-se por ser, antes de mais nada, uma posição incompleta e marcada pela diversidade. (*ibidem*, p.81)

De tudo o que foi exposto, entendemos que o conceito de formação discursiva (e com ele o de formação ideológica) como unidade dividida, tal como foi proposto e reformulado no campo de estudos da AD francesa, constitui espaço para a instauração da diferença. Retomando o que foi discutido no segundo capítulo desta tese, chegamos, dessa forma, a uma maneira profunda e mais sofisticada para compreendermos que o movimento do sujeito-tradutor vai muito além da proposta venutiana da *resistência* apenas como estratégia de estrangeirização. A *resistência* entendida como o movimento de *contra-identificação* – início da forma de luta do sujeito – e de *desidentificação* – vitória do processo de revolta contra o estado tradicional das coisas – passa a ser

considerada um movimento bem mais amplo, que envolve ideologia e inconsciente no movimento do sujeito no complexo de formações discursivas, as quais representam formações ideológicas distintas.